



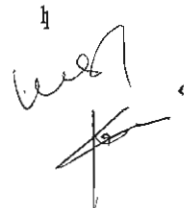
APROVADA
e/ + ABSENÇA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA Nº 2/2010

Sessão realizada em 30 de Abril de 2010

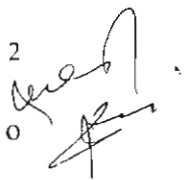
ACTA N.º 2/2010



Aos trinta dias do mês de Abril do ano dois mil e dez, pelas catorze horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho do Fundão, realizou-se a sessão ordinária da Assembleia Municipal, sob a presidência do Senhor Luís da Cruz Ventura Gavinhos e secretariada pelo Senhor Luís da Cruz Ventura Duarte Gavinhos e pela Sra. D. Maria do Carmo Roxo Nogueira. Feita a chamada, verificou-se a falta dos membros: José Manuel Neves Costa, Luís António Nunes Lourenço, que justificaram atempadamente a sua ausência e foram substituídos pelos Senhores João Couto Gonçalves e José Luís Oliveira, respectivamente. Também faltaram os Membros Nuno Baltazar Mendes, Maria Rosa Moreira, Maria de Fátima Padez, João Taborda, Maria Alice Cardoso, Joana Morgadinho, José Filipe Gonçalves, Luís Martins, Vítor Hugo Costa, Júlio Correia, José Fians e Duarte Bichinho. O Presidente de Junta de Freguesia de Alcaria foi substituído pelo seu representante legal.

Estiveram presentes todos os membros do Executivo.

Constatada a existência de quórum para funcionamento da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão, com a seguinte agenda:

2


Ordem de Trabalhos

1º - Período de Antes da Ordem do Dia

2º - Período da Ordem do Dia

- 2.1- Apreciação e votação de uma proposta da Câmara de “ Prestação de Contas”;
- 2.2- Apreciação e votação de uma proposta da Câmara de “Concurso Público Internacional para a concessão de Exploração e Gestão dos Sistemas de Distribuição de Água para Consumo Público e Recolha de Efluentes do Concelho do Fundão – adjudicação provisória”;
- 2.3- Apreciação e votação de uma proposta da Câmara de “Parceria público-privada – transformação da Lavaria do Rio em equipamento sócio-cultural”;
- 2.4- Apreciação e votação de uma proposta da Câmara de “Aprovação do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação do Concelho do Fundão”;
- 2.5- Apreciação e votação de uma proposta da Câmara de “Aprovação do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas e Outras Receitas Municipais com a respectiva fundamentação económica e financeira”;
- 2.6- Apreciação e votação de uma proposta da Câmara de “Aprovação do Conselho Municipal de Educação do Fundão
- 2.7 - Apreciação e votação de uma proposta da Câmara de “Contratação de empréstimo para aquisição /reabilitação de 7 fogos - (Programa PROHABITA);
- 2.8 Apreciação e votação de uma proposta da Câmara de “Contratação de um empréstimo a médio e longo prazo pelo valor de € 1.901.339,50”;
- 2.9- Apreciação e votação de uma proposta da Câmara de “ Pedido de parecer – localização do Aeroporto Regional da Covilhã”;
- 2.10- Apreciar uma Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade municipal e da situação financeira do Município;

Presidente da Mesa – Saudou os presentes e apelou ao poder de síntese dos membros intervenientes, por a ordem de trabalhos ser muito extensa. A seguir, informou que ia marcar uma reunião de trabalho com a Comissão Permanente, em princípio para a 2ª quinzena de Maio, para se fazer uma reflexão sobre o funcionamento da Assembleia Municipal. Posta à votação, a acta 1/2010 foi aprovada por maioria, com 1 abstenção do Membro Aires Patrício.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Henrique Dias – Disse que basearia a sua intervenção em questões sociais, sobretudo sobre o que tem sido feito no concelho para minimizar os muitos problemas existentes. Esta Câmara implementou a loja social, que já assistiu a um conjunto de 332 utentes. Só no ano de 2010 recorreram àquela unidade 11 novos casos de pessoas necessitadas. Não fora este trabalho da Câmara Municipal e das dezenas de colaboradores voluntários, não teria sido possível ajudar um tão elevado número de pessoas. Também a criação nas

nossas localidades dos Centros de Infância em paralelo com os Centros de Noite, têm sido medidas meritórias para muitas pessoas, pelo que podemos dizer que o Fundão é hoje um concelho solidário, que sabe respeitar os seus idosos e promover o bem-estar das suas crianças. Sobre problemas de saúde no Fundão, informou que, dos 10 médicos que trabalhavam no Centro de Saúde, 8 pediram a reforma, reduzindo o seu efectivo a 2 profissionais. Aflige-o pensar no que vai acontecer às pessoas, no contexto de um Centro de Saúde com 33.000 utentes, para um rácio de 1.500 pessoas/médico. Questiona se o Agrupamento de Centros de Saúde da Cova da Beira já terá algum planeamento a esse nível e se informou a Câmara. Solicitou à Mesa da Assembleia que questionasse aquele Agrupamento acerca desta situação.

Catarina Gavinhos – Apresentou o documento que se junta à presente acta - Anexo 1.

Presidente da Mesa – Disse que registava as palavras da Membro Catarina Gavinhos, que merecem ponderação, pelo que o assunto seria abordado na próxima reunião da Comissão Permanente. Quanto à proposta de adiamento de alguns pontos da Ordem de Trabalhos, a Mesa colocá-la-á à apreciação da A.M. no início da Ordem do Dia.

Abel Rodrigues – Subscreeveu por inteiro as palavras da Membro Catarina Gavinhos. De seguida deu os “parabéns” ao PSD, que conseguiu os seus objectivos, já que dos 11 elementos eleitos, o PS tem 4 nessa sessão. Várias vezes afirmaram que os dias de semana não eram os mais indicados para a realização das sessões da A.M. Ele próprio teve de faltar a aulas para poder estar presente, o que lamenta. Felizmente os membros do PS trabalham e há compromissos assumidos, a que não podem faltar. Chamou também a atenção para o facto de o Eng^o António Guterres, antigo Presidente desta Assembleia Municipal, ser agraciado nesse dia na UBI com o Doutoramento Honnoris Causa, onde para além do Senhor Presidente da Câmara, ele próprio e outras pessoas gostariam de estar presentes, se não tivesse sido marcada a A.M. para este dia e hora. A seguir perguntou quais as funções da funcionária/avençada que há 8 anos exerce funções no canil e que entre outras coisas tinha de elaborar o projecto do Canil Municipal, que gostaria de saber onde está. Perguntou também ao Senhor Presidente da Câmara o que se passa com o Mercado Abastecedor do Fundão, já que a Câmara disse no início que esse investimento era um pilar estratégico para a economia do concelho e para o seu desenvolvimento e agora ouviu dizer que a Câmara Municipal está a alienar espaços no Mercado Abastecedor a empresas que nada têm a ver com o ramo. Perguntou se a Câmara Municipal já abandonou os propósitos iniciais daquela infra-estrutura.

Presidente da Mesa – Informou que a data desta sessão foi marcada pela Mesa da Assembleia Municipal. Sobre a coincidência do Doutoramento do Eng^o António Guterres, disse que soube da realização desse acto há 2 ou 3 dias e que, apesar de não ter sido convidado, também gostaria de estar presente na cerimónia. Não havia condições

de alterar a sessão da Assembleia porque já não havia data para tal. Informou que este era um tema a ser tratado na reunião da Comissão Permanente.

Abel Rodrigues – Disse que não duvidava das palavras do Senhor Presidente da Mesa, mas que este Doutoramento estava anunciado há muito tempo.

Pedro Salvado – Começou por falar das intervenções do Senhor Presidente da Câmara em que focava o PDM e as suas condicionantes que não respondem às necessidades, por não terem em conta as novas realidades do território, Não asseguram a gestão das novas dinâmicas estabelecidas, causam impedimentos na aprovação de alguns projectos de iniciativa pública ou privada. Passados 7 anos sobre esta opinião do Senhor Presidente da Câmara, a revisão do PDM continua por fazer. As razões de urgência evocadas há 7 anos continuam válidas, agora de modo mais acentuado. Em vez de se rever o PDM, optou-se por fazer regra das excepções, não havendo já um mau plano, mas uma manta de retalhos sem unidade nem estratégia. Há comércio em zona de indústria, indústria em zona habitacional, loteamentos em zona agrícola. Mais grave que as suspensões, a ausência de revisão do PDM tem um efeito nefasto na vida dos munícipes que se querem fixar nas suas freguesias e não conseguem por lhes ser vedada a construção por um PDM completamente desfasado da realidade do território. Sobre o projecto REFER disse que será uma oportunidade de ouro para se efectuar uma verdadeira revolução urbana. Mas não vê como tenciona a Câmara Municipal fazer nascer o novo Fundão, sem plano nem estratégia de crescimento e como o articulará com as freguesias limítrofes, Valverde, Aldeia de Joanes e Alcaria e também com o concelho vizinho.

Aires Patrício – Informou que discordava do teor da acta de Fevereiro no que concerne à tomada de posse do Membro da Assembleia Municipal que representa o CDS/PP nesta Assembleia Municipal e que, oportunamente, o seu partido fará chegar à Mesa um documento com o seu entendimento sobre o assunto. Referiu-se depois a pavimentos na cidade que se encontram muito deteriorados e acha que a Câmara Municipal devia obrigar as entidades que abrem valas a fechá-las convenientemente e não as deixar em terra batida, sem betuminoso ou mal pavimentadas. Considera excessivas as lombas na cidade do Fundão e não entende o critério de pavimentação da estrada Castelo Novo/Fundão, feita aos remendos, nuns sítios há pavimentação, noutros com o mesmo tipo de problemas essa pavimentação não existe. A seguir voltou a falar no facto de as portas de entrada de algumas casas, em Alpedrinha, terem ficado abaixo do alcatrão, o que pode causar graves problemas, nomeadamente inundações. Informou ainda que desde que este executivo tomou posse nunca houve recolha de lixo na sua rua, gostaria de saber porquê. Perguntou ainda qual o critério que segue um projecto entregue na Câmara, na área do turismo e até que ponto a Câmara Municipal acompanha esses projectos, aconselha, ajuda, colabora ou indica alternativas.

Eduardo Saraiva – Falou do Dr. Adolfo Portela que vai ser alvo de uma homenagem pelos Caminheiros da Gardunha, Câmara do Fundão e Câmara de Águeda. Adolfo Portela foi um homem público, poeta, cidadão exemplar e muito preocupado com questões de solidariedade. Pediu o empenho da Câmara para que o jardim municipal não continue a ser invadido por viaturas, solicitando a colaboração da GNR para resolver o assunto. Sobre o folheto do Poço do Caldeirão na Barroca, considerou-o muito bem apresentado, mas gostaria que os nomes do Diamantino e do Belarmino tivessem sido mencionados, já que foram eles que descobriram esse maravilhoso património.

Jean Barroca – Disse que era para si um grande privilégio estar na Assembleia Municipal, em democracia e com direitos e deveres. É muito bom viver-se num tempo em que se tem o direito de participar com o sentido de responsabilidade e assumir o dever de representar as pessoas que votaram. Todos o fazem com algum sacrifício da sua vida pessoal, mas também com o sentido de dever de representar quem os elegeu. Abster-se de participação democrática tem um significado que não lhe compete a ele caracterizar. Relativamente ao projecto “Limpar Portugal” disse que o mesmo envolveu dezenas de milhar de voluntários, que se empenharam em limpar parte do nosso País. Agradeceu o empenho da Câmara Municipal e dos seus serviços, que permitiram levar a cabo essa iniciativa fantástica. Agradeceu também à Câmara o facto de estar a ajudar pequenas empresas que neste momento se estão a sediar no Mercado Abastecedor, podendo desenvolver aí a sua actividade, criando novos postos de trabalho e novas iniciativas. Alguns preferem criticar para poderem criar mais um pequeno facto político.

Presidente da Câmara – Cumprimentou todos os presentes e deu conhecimento que não iria participar em toda a sessão da Assembleia Municipal, uma vez que fazia questão de estar presente no Doutoramento Honoris Causa do Engº António Guterres, nosso conterrâneo, homem de carreira nacional e internacional digna de registo. A seguir disse que discordava da intervenção da Membro Catarina Gavinhos, já que a culpa da agenda extensa não é da Câmara Municipal, trata-se apenas de um Município onde se trabalha muito e onde é chamado o órgão fiscalizador para validar essas decisões. Muitos dos pontos que estão na ordem de trabalhos já foram discutidos e debatidos na Assembleia Municipal. Além disso os regulamentos em discussão são uma imposição da própria Lei, recentemente aprovada. Também as taxas e receitas municipais e a sua fundamentação económica, são situações que estão na ordem do dia há 2 anos, terminando hoje o prazo legal de aprovação das mesmas. Quanto aos empréstimos, os mesmos fazem parte das opções da Câmara Municipal e não há muito a dizer sobre isso. O facto de ser no fim do mês, trata-se de uma tradição destes órgãos políticos e não se recorda que alguma sessão da AM tenha sido marcada antes do último quarto do mês. Quanto ao facto de coincidir com a homenagem ao Engº António Guterres, embora a mesma fosse do conhecimento de todos, só há cerca de 1 semana se teve conhecimento da data, não sendo possível alterar a data de realização desta sessão.

Manifestou subscrever inteiramente as palavras do membro Pedro Salvado sobre o PDM. Em 2003 foi iniciado o trabalho de alteração do PDM e contratada uma empresa que o concluiu e entregou no ano de 2005. Desde essa data a Câmara Municipal não consegue de forma nenhuma aprovar o PDM, porque surge sempre um conjunto de regras e nova legislação que obrigam a alterações do documento, com custos para o Município. Discorda no entanto daquele membro quando diz que o PDM é uma manta de retalhos que na realidade não é. Quando se tem um documento que não corresponde ao que se pretende, que é o desenvolvimento do concelho do Fundão, utiliza-se a única arma possível que é a das suspensões do PDM. O Plano REFFER mudará radicalmente a cidade do Fundão, a sua circulação e expansão. Deu conhecimento que a Câmara encomendou um Master Plan, que determinará quais as principais linhas de orientação a que deve obedecer o desenvolvimento da cidade. Neste momento transformou-se esse documento num Plano de Pormenor, o que vai permitir resolver muitas das questões a que o PDM não consegue dar resposta. Disse também que o PDM de 2005 dificilmente será aprovado face à legislação que entretanto saiu, nomeadamente no ano de 2009. A realidade diz-nos que Portugal dispõe de solo urbano para acolher 4 vezes a população actual do nosso País. A questão é que esse solo urbano está onde ninguém quer construir. As regiões que necessitam de mais construção estão impedidas de o fazer, pela Lei. Por outro lado o solo urbano pode vir a penalizar o financiamento das autarquias, através de cortes no IMI. Sobre a freguesia de Alpedrinha disse que a limpeza na rua mencionada pelo membro Aires Patrício é da competência da Junta de Freguesia, que deve contactar para resolver o problema. A EN 18 não é responsabilidade da Câmara Municipal, embora o possa vir a ser quando a EP assumir a realização de um vasto conjunto de obras, principalmente no núcleo urbano de Alpedrinha, obras essas que neste momento não está em condições de garantir. Os cerca de 10 km de estradas desclassificadas, recebidos pela Câmara Municipal do Fundão, não foram acompanhados de qualquer envelope financeiro. Este executivo só aceitou os 3,8 km entre a Zona Industrial e o Souto Alto e se tem chegado à Câmara 1 ano ou 2 antes as 4 faixas teriam chegado à entrada da cidade. Quanto aos projecto turísticos, a Câmara tem ajudado vários promotores a captar fundos em diversos organismos, mas devem contactar sempre o responsável pela empresa Fundão/Turismo que é a entidade que gere esses processos. Disse ainda que o canil evoluiu e está incomparavelmente melhor, fruto do muito trabalho realizado pela Câmara Municipal e pela funcionária que lá está há cerca de 3 anos. Devemos ter sempre um sentido de justiça naquilo que dizemos, principalmente porque, neste caso está a ser realizado um bom trabalho.

Presidente da Mesa – Propôs que se registasse em acta um voto de louvor e apreço pela honrosa distinção que a UBI atribuía ao Eng^o António Guterres, nosso conterrâneo e antigo Presidente da Assembleia Municipal. A proposta foi aprovada por unanimidade. Colocou também a votação a Moção apresentada pela Membro Catarina Gavinhos, que se junta à presente acta, constituindo o Anexo 2 e que foi aprovada por unanimidade.

7
August 17

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

O Senhor Presidente da Mesa iniciou este período colocando a votação a proposta apresentada pela Membro Catarina Gavinhos de adiamentos dos pontos 2.2, 2.3, 2.4 e 2.5 para a próxima sessão da assembleia municipal proposta que foi rejeitada com 1 voto a favor, 5 abstenções e 37 votos contra.

2.1 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara de “Prestação de Contas”

Presidente da Câmara – Leu o documento que se junta à presente acta - Anexo 3.

Vice Presidente – Deu conhecimento de que a taxa de execução das despesas correntes é de 66% e as despesas de capital na ordem dos 36%, sendo uma execução global de 46%, com um valor de total de 35.169 milhões, que é a segunda melhor execução de sempre desta Câmara. Existe uma paridade entre as despesas correntes e de capital na ordem dos 50%, sendo que as receitas de capital são de 17.309 milhões e as despesas de capital de 17.860 milhões. Comparando com outras Câmaras, disse que a média nacional ao nível da despesa corrente é de 64% da despesa global, enquanto que a despesa de capital é de 36,2%. O Município do Fundão tem estado acima dos 65% nas despesas de investimento. Relativamente à receita, esta Câmara Municipal conseguiu transferir cerca de 600.000 € das receitas correntes para as despesas de capital. Sobre o IMI informou que apenas metade da verba que anteriormente era cobrada chega agora aos cofres da Câmara Municipal do Fundão, ou seja, passou-se de uma receita de 1.451 milhões para 683 mil Euros, o que manifesta um sinal de alerta em relação à crise que assola a região e o País. Quanto ao IMI tem havido inclusive uma pequena progressão. Informou que em termos absolutos as despesas com pessoal dominaram de 2008 para 2009, o investimento aumentou cerca de 1% e os encargos financeiros com a dívida desceram 18%. Voltando às médias informou que a média nacional dos custos com pessoal é de cerca de 30%, enquanto que no Fundão é de 18%. Relativamente ao cumprimento da lei das finanças locais e ao endividamento, conseguiu-se reduzi-la em cerca de 16,17% de 2008 para 2009, o que representa um esforço de consolidação. Realçou também que a dívida a fornecedores de curto prazo passou de 3.066 milhões para 1.123 milhões entre os anos 2007 e 2009. A dívida líquida do período é de 53 milhões, tirando 11,5 milhões herdados e as verbas a receber de terceiros, nomeadamente de fundos comunitários. Durante os 2 mandatos anteriores esta Câmara apresentou candidaturas no valor de 323 milhões, sendo aprovadas candidaturas que atingiram o valor de 170 milhões, que correspondem a uma comparticipação comunitária global de 97 milhões. Para além disso foram feitas transferências para as juntas de freguesia e associações no valor de 20.160 milhões, tendo estas apresentado candidaturas em colaboração com o Município que geraram 35 milhões. Entre 2002 e



2009 foram apresentadas 597 candidaturas, por cada Euro de dívida a Câmara executou cerca de 6,25 €.

Aires Patricio – Disse que, tendo cada pessoa perspectivas e prioridades diferentes, ele voltaria a falar da agricultura, nomeadamente do castanheiro e do olival e da falta de investimentos nessa área. Vê tudo a ficar ao abandono e ninguém quer produzir. Seria interessante a Câmara apoiar e estimular as pequenas explorações agrícolas, porque esse apoio iria de certeza gerar mais riqueza. Se queremos singrar no sec. XXI, temos de ver o que se fez no sec. XX e a curto prazo verificaremos que muita coisa cai pela base. Temos de ter uma educação de qualidade e não de quantidade. A justiça tem de levar uma volta completa e, se não soubermos hoje o que queremos, não teremos futuro.

Catarina Gavinhos – Considerou fraca a execução orçamental de 46%, identificando o erro no orçamento proposto que previa o dobro. Trata-se de uma situação que ocorre todos os anos e com a qual a CDU não concorda. Por mais empréstimos que se façam para investimento, acha escusado estar-se no pódio desta forma, porque há desperdício.

Pedro Salvado – Agradeceu ao Sr. Presidente os esclarecimentos sobre o PDM mas, relativamente ao tema em discussão, afirmou não concordar quando este afirmou que o orçamento é a preto e branco, ou seja, que existe uma bancada que diz que tudo é investimento e outra que é tudo endividamento. As coisas não são assim e as Contas demonstram dois factos a que não se pode fugir. Por um lado continua-se um rumo do endividamento galopante e por outro lado deu-se um aumento do passivo da Câmara Municipal e das empresas municipais. A actual situação é preocupante e a autarquia começa a não conseguir cumprir os seus compromissos, sendo prova disso as Juntas de Freguesia e Associações que esperam desesperadamente pelas transferências prometidas e protocoladas. Embora tenha havido um fôlego na liquidez, o mesmo resultou do empurrar da dívida a curto prazo para médio e longo prazo. É verdade que houve um aumento na qualidade de vida dos Fundanenses nos últimos 10 anos, mas o endividamento a que se chegou não corresponde a tão grande qualidade de vida. Teme pelo que acontecerá daqui a 2, 5 ou 10 anos, já que pode não haver meios para alimentar essa qualidade de vida. A dívida a médio/longo prazo já representa mais de 300% das receitas cobradas pelo município. Aplicaram-se milhões na Moagem, que seria a grande casa da cultura, e que hoje luta para sobreviver e para se afirmar. Também os milhões gastos na modernização da zona industrial, que seria o grande polo de atracção de indústria e emprego e, passados 10 anos pouco ou nada gerou. Há também empresas municipais, sociedades anónimas, com grande acumulação de prejuízos, nomeadamente a VIVER FUNDAO com um passivo de cerca de 6 milhões de Euros, numa intervenção que pretendia ser construtiva e movia uma preocupação sincera de um Fundanense que gosta muito da sua terra. Afirmou que “o primeiro passo para a cura é admitirmos que estamos doentes”. Continuando a viver com uma fixação de números e estatísticas, pode

9
que?
A

chegar-se a um ponto em que já não se pode arrepiar caminho. Gostaria que se seguissem os bons exemplos dos municípios de Viseu e Castelo Branco, para não nos tornarmos num município como Lisboa ou Leiria.

Jean Barroca – Disse que a intervenção anterior ficou marcada por uma serie de contradições. Julga ser de fraco espirito democratico quem diz que os proximos é que vão pagar a factura, porque acima de tudo representamos aqui a vontade do povo que votou, os Fundanenses que em 2 momentos eleitorais decidiram inequivocamente o que queriam para o seu concelho. É irresponsável dizer-se que o investimento na zona industrial não trouxe qualquer beneficio e é irresponsável e pouco honesto admitir-se que o Fundão teve uma melhoria na qualidade de vida, mas que não é sustentável.

Eduardo Saraiva – Disse que existem determinadas intervenções que nos acordam e a intervenção do membro Pedro Salvado teve esse condão. Talvez aquele membro não se aperceba, mas ele próprio que está constantemente a ir e a vir apercebe-se melhor das alterações que aqui vão ocorrendo. Não concorda com tudo o que se faz, por exemplo com a Moagem. Relativamente ao percurso geográfico entre Viseu e Castelo Branco devia ter feito também uma paragem na Guarda e na Covilhã e comparar. Quando esta Câmara chegou ao poder era o próprio director regional que pedia à Câmara para apresentar projectos, nomeadamente os relativos à Aldeia Historica, porque o Fundão nunca pedia 1 tostão. O PS não aproveitou os projectos financiados a 100% e não fora o esforço titânico desta câmara municipal e não se teria conseguido o que se conseguiu. Por isso quer continuar a vir ao Fundão de que muito gosta e o PS devia reconhecer o esforço desta Câmara para recuperar o tempo perdido. Falou sobre o amigável convívio de autarcas que ocorreu recentemente e recordou as palavras do Senhor Presidente da Junta de Aldeia de Joanes quando afirmou que “antes talvez houvesse mais convívio mas de certeza que hoje há muito mais obra”.

Abel Rodrigues – Disse que o documento tem os mesmos pecados que os outros que a maioria PSD tem apresentado ao longo dos anos. Da sua análise resulta que a dívida subiu quase 6 milhões. Existe obra é verdade, mas a mesma é questionavel, já que as prioridades e os investimentos de uns podem não ser os de outros. Por outro lado o PS esteve 14 anos na Câmara mas o PSD já cá está há 9 e não pode continuar a servir-se da desculpa do PS. Os elementos do PSD devem defender o que acham que foi bem feito, mas não devem sistematicamente atirar com um passado de 14 anos. Quanto ao documento em discussão disse que o investimento real foi de 35% e uma vez mais a “montanha pariu um rato”. Anunciou-se um plano de milhões e depois não se executaram. As dívidas de curto prazo sofreram uma redução drástica, pelo que perguntou à Câmara como foi isso feito. Se terá sido uma renegociação da dívida ou uma operação de cosmetica contabilistica, que comprometerá a solvabilidade da Câmara

no futuro. Esta factura será paga por alguém, ninguém sabe a que custo. Esta Câmara empurra a dívida com a barriga e quem vier a seguir que pague.

Rogério Hilário – Disse ter estado atento às intervenções dos elementos do PS e ter ficado apreensivo com algumas afirmações. A firma que a situação se deve ao facto de o PS ter desperdiçado o QCA 1, com projectos financiados a 90%, o QCA 2 com a maioria dos projectos financiados a 80% e não fez o trabalho que devia no QCA 3 que obrigou o PSD a trabalhar muito para o aproveitar, já com os financiamentos a 50%. Por isso pensa que este endividamento tem muita da responsabilidade do PS porque se tivessem trabalhado em prol do concelho e tivessem apresentado as devidas candidaturas na altura certa, hoje teríamos certamente 50% menos do endividamento. Sendo necessárias escolas, infra-estruturas desportivas, espaços de lazer, acessibilidades rodoviárias, iluminação, água e saneamento básico, perguntou onde é que elas estavam há 10 anos. Perguntou também se estavam tão preocupados com este endividamento, como com o endividamento do País e, se estão, devem assumi-lo. Ou não ouve o PS falar do dinheiro de candidaturas já aprovadas e não pagas pelo poder central?

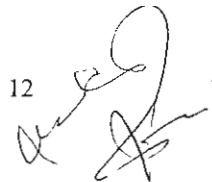
O que o PSD faz é dar qualidade de vida às pessoas, fixá-las no concelho, senão vão-se embora. O documento traduz uma estratégia política sufragada 3 vezes, a opinião do PS vale o que vale.

Carlos S. Martinho – Saudou a Câmara Municipal e agradeceu o esforço efectuado no ano transacto, que se aproximou do melhor ano de sempre de execução do investimento, o que é de enaltecer. O concelho do Fundão continua a trilhar o caminho que traçou, rumo que foi feito com sacrifício e estratégia. Gostou de que Castelo Branco e Viseu tivessem sido apontados como bons exemplos, já que as suas estratégias são iguais às do Fundão, com a diferença de que alguém em Castelo Branco e Viseu soube aproveitar ao máximo os Quadros Comunitários e, como na Câmara do Fundão isso não aconteceu, o esforço financeiro foi muito superior por culpa do PS. O grande problema da situação de tesouraria da Câmara Municipal tem a ver com diversos factores: a Lei das Finanças Locais que estrangulou financeiramente os municípios e o governo central já que a Câmara Municipal executa obras que são financiadas, mas as contrapartidas não chegam aos cofres das autarquias, ajudando assim enormemente ao seu estrangulamento. Até final de 2010 o Governo terá de executar 30% das obras aprovadas/financiadas, sob pena de ter de devolver o dinheiro. Corremos o risco de a autarquia vir a ter maiores problemas por esse motivo. Outro exemplo elucidativo do “bom desempenho do governo” resulta do facto de cada município do Fundão por média “dever” cerca de 2.000 € da da Câmara, mas no seu dia-a-dia vê e tem qualidade de vida. Se passarmos para o País, cada Português “deve” cerca de 18.000 € e cada vez mais todos vemos que não temos qualquer benefício desse endividamento. Desejou que a Câmara Municipal continue no caminho que trilhou em prol do bem-estar dos municípios do Fundão.

Abel Rodrigues – Disse que o PSD também só ouviu o que lhe interessou. Se já foi votado 3 vezes no Fundão, mas o PS no Governo também já o foi e pelas pessoas deste concelho. Quem iniciou o processo de estrangulamento das autarquias foi o PSD e concretamente a sua Ex. Líder Dr. Manuel Ferreira Leite. O PS também fez alguns investimentos, recordando que no Verão o Fundão chegou a ter 1 hora de água por dia e quem resolveu esse problema foi o PS. Não fez tudo o que devia, mas fez alguma coisa.

Nuno Miguel Henriques – É obvio que cada pessoa e cada partido tentam fazer o seu melhor. Temos é de ter uma mentalidade superior, já que é muito importante a nossa massa cinzenta e a nossa massa crítica. Temos de pensar, planear sem partidarismos. Parece-lhe que devemos poupar nas pequenas coisas, até como exemplo de cidadania. Por outro lado a acção social deve ser repensada e deve ser dada formação às pessoas para poderem criar o seu próprio emprego. Deve-se questionar até que ponto não temos demasiados concelhos e freguesias e se essa situação é viável no futuro. Considerou que esta Câmara Municipal fez muito, mas devemos pensar o futuro com outra mentalidade.

Vice Presidente – A grande questão que se coloca é sabermos o que se faz e o que não se faz. Acredita nas regiões e no investimento de proximidade, em detrimento de alguma concentração e centralização do poder central, em questões de investimento. Contrariamente ao que foi dito, a melhor forma de consolidar o esforço colectivo é o endividamento a longo prazo. “Diabolizar” esse tipo de endividamento é um erro estratégico para o concelho. A Lei das Finanças Locais estrangulou completamente as autarquias, porque não se teve em consideração a realidade concreta dos Municípios, ou seja a vida de Portugal. Por outro lado nem todos os investimentos produzem resultados imediatos. Fala-se da Moagem, questionando-se algumas pessoas se a mesma já atingiu o seu tempo de optimização. O certo é que os cerca de 20.000 utilizadores anuais acham que já atingiu e cumpriu as suas funções, os outros acham que talvez não. Tem muita esperança que as gerações vindouras possam optimizar a Moagem, mas porque ela existe e pode ser reinventada todos os dias. As receitas actuais e de há 8 anos não mudaram muito, para além de agora se remar contra a maré e contra a crise. Realizar projectos em contra-ciclo é mais difícil, mas tenta-se fazer isso todos os dias. Quanto aos fundos comunitários é preciso muito trabalho, as transferências para os municípios dos sub-programas comunitários é de 0,8%. Se não for pago o nosso esforço (75% nas autarquias) somos obrigados a devolver milhões á União Europeia, o que será péssimo para Portugal. Ao Membro Abel Rodrigues e sobre as dívidas a curto prazo, disse que os números que mencionou estavam errados, porque algumas Instituições são Bancos e esta Câmara preferiu chamar a si esse esforço, dado que há atrasos nos fundos comunitários e as autarquias também estão impedidas de contrair empréstimos de longo prazo. Foi com esses acordos bancários que se passou dos tais 40 milhões para os actuais 7 milhões. Na realidade passou-se de 10 para 7 milhões, é esse o valor concreto.



Não havendo mais interessados em intervir, o Senhor Presidente da Mesa colocou o documento a votação, tendo sido aprovado por maioria com 33 votos a favor, 6 votos contra e 4 abstenções.

2.2 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Concurso Público Internacional para a concessão de exploração e gestão de sistemas de distribuição de água para consumo público e recolha de efluentes do concelho do Fundão – adjudicação provisória”

Vice-Presidente – Estamos na situação em que o contrato tem de ser fiel ao que foi lançado a concurso público. Depois de ser validado pela Assembleia Municipal será remetido à apreciação do Tribunal de Contas.

Pedro Salvado – Disse que, ao contrário do que alguns possam pensar, não estamos na Venezuela, já que aqui vivemos em democracia e podemos falar. Quanto ao assunto em discussão e que se está na fase de validação não vai repetir o que foi dito aquando da sua apreciação. O PS dá o braço a torcer já que este projecto, a ser executado o contrato conforme está a ser apresentado, pode mesmo dizer-se que foi feito por um génio da boa gestão, porque se conseguiu de uma assentada livrarmo-nos de um serviço deficitário, a empresa privada pega nesse serviço e ainda nos paga para ficar com ele. Realiza um investimento de 10 milhões e compromete-se a não aumentar as tarifas acima da inflação. Deu os parabéns à Câmara Municipal mas tem algumas dúvidas. Uma delas é quando se referiu que a empresa AZ Côa se preparava para aumentar em cerca de 70% as tarifas e ao mesmo tempo a empresa que vai gerir a água em baixa, a AQUALIA, diz que não vai aumentar essas mesmas tarifas, Precisamos de ter certezas, até porque no contrato está a clausula 57 que lhes vai efectivamente permitir faze-lo, em determinadas situações, que leu. Também o artigo 5º diz que isso pode acontecer, pelo que o PS fica preocupado com estas situações que devem ser acauteladas pela Câmara Municipal.

Jean Barroca – Disse que o Membro Pedro Salvado se devia retractar da afirmação pouco feliz em relação à sua pessoa, por ter nascido na Venezuela, com muita honra.

Carlos S. Martinho – A intenção da Câmara Municipal foi tentar salvaguardar o que a AZ Côa e Águas de Portugal, estavam a tentar fazer, aumentando significativamente o preço da água. A Câmara Municipal antecipou-se a uma norma que se estava a preparar. Percebe-se o nervosismo inicial da intervenção do Membro Pedro Salvado, de ter de dizer que este contrato era um acto de boa gestão. No contrato há sempre uma cláusula de salvaguarda, que dê resposta a possíveis decisões exteriores à Câmara Municipal.

Vice- Presidente – Acentuou que não haverá aumentos de tarifas sem a anuência da Câmara Municipal.

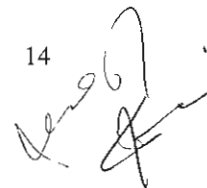
Colocado o documento a votação, foi o mesmo aprovado por maioria com 37 votos a favor, 1 voto contra e 1 abstenção.

2.3 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara de “Parceria Público-Privada – Transformação da Lavaria do Rio em Equipamento sócio-cultural”

Vice-Presidente – Trata-se de uma parceria que tem a finalidade de lançar o concurso público e pretende encontrar o modelo de concretizar esta intervenção. Este projecto foi declarado de interesse nacional e foi trilhado um caminho muito duro para chegar a este ponto. Estamos perante um património que foi declarado como um dos poucos de relevância mundial. Foi seguido este caminho porque se trata de uma questão essencial para dar sustentabilidade a todo um conjunto de pequenos negócios, pequenos centros, pequenos núcleos, pequena restauração, animação turística e de unidades hoteleiras. Este é um centro de atracção que pode atrair fluxos de visitantes. Estamos a falar de um investimento de 5 milhões de Euros, que vem no seguimento de uma I Fase que não se conseguiu concretizar na sua totalidade, por várias razões, nomeadamente de engenharia financeira. O rumo manteve-se apesar de muitos entraves, continuou-se a luta e é assim que aparece esta proposta que pode chegar aos 64% a fundo perdido. A maioria do conselho de administração ficará na parte do município e a contrapartida financeira da Câmara poderá chegar ao valor máximo de 420.000 €, que serão ressarcidos através das estimativa de 40.000 visitas/ano, com um consumo médio de 10 €.

Nuno Miguel Henriques – Considerou o projecto com algum interesse. No entanto disse que em termos culturais o nosso concelho tem de combater assimetrias, já que existe um conjunto de freguesias que também necessitam de investimento. A cultura tem uma importância económica fundamental e representa cerca de 3% do PIB. Disse achar muito bem que os pelouros da cultura estejam em conjugação com os pelouros do turismo nas várias vertentes. Mas alertou que podia ser uma empresa municipal existente a liderar o projecto e não uma sociedade anónima. Tem algumas dúvidas sobre o retorno económico neste momento de crise financeira. Este e outros projectos deviam ser levados ao conselho municipal de cultura, se existisse. Lembrou que ele próprio entregou à autarquia no mandato anterior um projecto de conselho de cultura e aguarda a sua discussão para breve.

Abel Rodrigues – Disse que gostaria de partilhar do optimismo do Senhor Vice-Presidente e seria bom que isso viesse a acontecer. Não partilha desse optimismo, inclusive porque não teve oportunidade de analisar o estudo de viabilidade de que falou. Através de uma parceria vai buscar-se mais um empréstimo que foge dos limites de endividamento, para fazer investimento, ou seja vai gastar-se dinheiro numa coisa que não é tão rentável como parece.



Carlos S. Martinho – Estamos perante um projecto âncora assim definido pelo Instituto do Turismo e pela Câmara do Fundão. Infelizmente o Programa PETER faliu e não foi executado, o que levou a que este projecto não fosse concluído. Esta é uma forma de financiar o projecto através de fundos comunitários, por isso mesmo é que tem 51% de financiamento privado e 49% de financiamento público. Quanto aos estudos económicos, já foram feitos três, este é o mais desfavorável, tendo por base uma época de crise. Exemplificou com o Museu do Pão em Seia, que tem uma média anual de visitas de 200 mil, pelo que no mínimo o Projecto/Rio terá 20% desses visitantes.

Nuno Miguel Henriques – Esclareceu que tem de haver uma estratégia de Marketing e Comunicação séria para trazer as pessoas a este projecto, mas é necessário pensar, repensar e analisar. Esclareceu que o Museu do Pão é uma empresa completamente privada e neste caso estão em causa dinheiros públicos e por vezes não existe o empenho total de todos os envolvidos.

Vice-Presidente – O estudo de viabilidade é peça de concurso público e se alguém conseguir apresentar uma forma diferente que viabilize este projecto ela é muito bem-vinda. Exemplificou que o município de Belmonte teve 80.000 pagantes na sua rede de museus, dado que também pode ser elucidativo da viabilidade deste projecto, que tem a assinatura de quatro Ministérios e irá ter a formação concreta de todos os que venham a colaborar no projecto.

Não havendo mais interessados e usar da palavra, o Senhor Presidente da Mesa colocou o documento a votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria com 30 votos a favor e 7 abstenções.

2.4- Apreciação e votação de uma proposta da Câmara de” Aprovação do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação do Concelho do Fundão”;

Vice-presidente – O que está em causa é uma nova Lei que obriga a que os serviços que a Câmara municipal presta se aproximem do valor real do serviço prestado. Para isso foi feita uma espécie de estudo económico que demonstrasse qual era o custo real desse serviço. No entanto a Lei permite que a Câmara tivesse subvencionado as taxas, em 99% dos casos, porque se fosse cobrado o chamado “valor real” o rácio seria muito elevado. Informou que o PDM permite que de futuro sejam os Municípios os Loteadores, que depois podem fazer contratos, parcerias e protocolos que vão ao interesse dos privados. Isso leva a uma questão complexa que tem a ver com os perímetros urbanos. Existe pois uma perspectiva, se por um lado nos estão a dar a possibilidade de avançar com os loteamentos, mas dizendo sempre que a sustentabilidade das redes, passa para os municípios. Se o município for o promotor, aquilo que hoje são as cauções que os loteadores apresentavam à Câmara Municipal deixam de existir e na futura geração tem de ser prevista a sustentabilidade das redes.

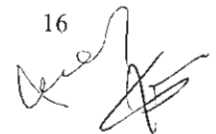
Por isso neste regulamento, para além do que é o valor do serviço, fez-se uma relação entre a dimensão das redes de loteamento o custo desse mesmo serviço. Existe também outra variável, que quanto maior for a rede ali colocada, maior será o custo da sua manutenção futura. Informou ainda que a construção vai passar dos actuais 5 mil metros para 5 hectares, o que pode vir a causar muitos problemas. Informou ainda que também foram colocadas taxas relacionadas com os operadores na área do gás, electricidade e telecomunicações, que também vão passar a pagar.

José Luís Oliveira – Começou por lamentar não ter participado em toda a sessão, já que por motivos profissionais não pode estar presente desde o seu início e porque as sessões deviam ser marcadas de forma a todos poderem participar. Sobre o documento disse que na página 6, alínea i), no último ponto, não existe aquilo que se chama “cota de soleira regulamentar”. Tem ideia que este tipo de regulamentos deviam ser claros e de leitura simplificada e ele próprio quando lê alíneas como a i) não entende o que está escrito sobre cota de soleira regulamentar e para que a mesma serve. Este documento devia ser sintético e não específico e de certeza que vai criar impossibilidades, dificuldades e limitações. Também não se consegue entender as limitações à colocação de painéis solares. Sobre a questão da construção em 5 hectares acha que não é problemático, achando mais preocupante poder construir-se em qualquer lugar.

Nuno Miguel Henriques – Congratulou-se por este regulamento fazer discriminação positiva às pessoas com mobilidade reduzida, propondo a realização de uma Assembleia Municipal num local onde pudesse contar com a participação dessas pessoas.

Marco Marques – Realçou o facto de os jovens com idades entre os 18 e 30 anos ficarem isentos do pagamento de taxas na aprovação dos projectos para a sua habitação própria. Isto é uma prova de que o Município está preocupado com a fixação dos nossos jovens no concelho. Disse também que era difícil hoje construir-se com uma área de 5000 m quadrados de terreno, quando essa regra passar para 5 hectares, nem quer imaginar o que vai acontecer. O ordenamento é importante mas de nada serve se causar desertificação e afastar as pessoas das aldeias. Tem de haver um meio-termo, ordenamento sim, mas têm de ser criadas as condições para os jovens e menos jovens poderem construir a sua casa e continuar a povoar as nossas freguesias, não é sequer bom para a cidade que todos para aqui venham viver. Relativamente à questão dos painéis foto-voltaicos é necessário ter-se em atenção que podem existir habitações que não estejam alinhadas a sul, deve salvaguardar-se que os painéis sejam colocados de forma discreta, tendo em atenção a parte mais turística de algumas freguesias. Perguntou também como ia ficar a situação das pequenas reparações e pinturas que até agora eram autorizadas pelas Juntas de Freguesia, o que lhes facilitava a vida.

Luís Castanheira – Disse que ia repetir algumas questões relacionadas com o urbanismo. Começou por perguntar se este regulamento vai criar mais condicionalismos na sede de concelho e se os mesmos se estendem ainda mais às freguesias. Deve manter-se aquilo que é a identidade das nossas terras, não deve ser tudo arrasado a bem do progresso. Deve ter-se cuidado no licenciamento de degraus e rampas de acessos às habitações, que muitas vezes descaracterizam a própria aldeia. Os planos de aldeia não existem, para obrigar as pessoas a seguir regras iguais para todos. Se uma pessoa recua 1 metro o vizinho também deve ser obrigado a fazê-lo, permitindo a que as pessoas possam morar nos centros das aldeias e a ter melhores acessos às suas propriedades.



Vice-Presidente – Não podemos continuar a estudar redes e mais redes quando a coesão urbana é hoje um factor muito importante na coerência territorial. O problema é uma questão de equidade passando-se logo para os 5 hectares. A região da Cova da Beira não pode ser tratada como a Beira Interior sul, por isso este regulamento já contempla normas de discriminação positiva. Tudo o que diga respeito ao licenciamento de casas antigas e para jovens até aos 35 anos tem uma discriminação positiva relativamente às outras taxas a cobrar.

Não havendo mais interessados em usar da palavra, o senhor Presidente da Mesa, colocou a votação o documento, tendo o mesmo sido aprovado por maioria com 47 votos a favor e 1 abstenção do Senhor Jorge Santos.

Jorge Santos – Absteve-se porque devemos combater a desertificação e não é assim que vamos contribuir para isso.

2.5- Apreciação e votação de uma proposta da Câmara de "Aprovação do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas e Outras Receitas Municipais com a respectiva fundamentação económica e financeira";

Rogério Hilário – Agradeceu à Câmara ter aceite as sugestões da ACIF neste regulamento. Compreende-se que a Câmara tenha de seguir a Lei, mas também foi sensível às reivindicações do tecido empresarial. No entanto acha que deve ser feito um regulamento específico para o centro histórico da cidade, com uma sensibilidade diferente. Logo que comece o projecto do centro comercial ao ar livre e de dinamização do centro histórico, devíamos aqui trazer uma proposta de alteração ou um regulamento específico para aquelas zonas.

Marco Marques – Sobre o capítulo 18 – Isenção de taxas e receitas municipais considerou que numa próxima sessão a Câmara Municipal pudesse aprovar uma proposta de isenção de taxas às Juntas de Freguesia, nomeadamente na área do urbanismo. Falou também de factores de desincentivo à plantação de eucaliptos, considerando isso muito importante para salvaguarda da Gardunha e do nosso concelho.

Vice-Presidente - Informou ter havido um processo de discussão publica deste regulamento e que se tentou o envolvimento de diversas entidades no seu enriquecimento. Quanto ao regulamento específico para a zona histórica, considerou-o essencial e imprescindível. As taxas são uma boa ferramenta para incentivar aqui e desincentivar acolá, dando pistas sobre aquilo que pretendemos.

Colocado o documento a votação foi o mesmo aprovado por unanimidade.

2.6- Apreciação e votação de uma proposta da Câmara de "Aprovação do Conselho Municipal de Educação do Fundão

Bruno Ramos – O PS congratula-se com a criação deste órgão que vem dar resposta à política educativa do concelho. No entanto entende que o mesmo peca por tardio já que a legislação é de 2003 e já se perderam-se 7 anos de trabalho. Por outro lado disse que o

Conselho Municipal de Juventude também é um órgão essencial para planificar a política de juventude do concelho e continua na gaveta, o que lamenta. Perguntou também qual a posição da Câmara Municipal sobre esta matéria, já que as premissas são iguais às do conselho municipal de educação. Voltando ao regulamento em discussão disse que o mesmo foi praticamente uma transcrição da Lei e nem sequer houve a preocupação de proceder a pequenas adaptações à realidade concelhia. Quanto à composição do conselho municipal de educação, considerou que, para além do Sr. Presidente da Assembleia, seria oportuno incluir-se 1 elemento de cada bancada.

Eduardo Saraiva – Este é um órgão muito importante. Em 1992 já tinha sido aprovado um conselho municipal de educação que foi boicotado pelo executivo da altura. Sobre a participação de mais elementos da A.M., o Dec. Lei não é flexível, pelo que não existe espaço de manobra para incluir mais pessoas.

Nuno Miguel Henriques – Lamentou que não estivesse presente a Sra. Vereadora da educação e congratulou-se com a criação deste conselho. O problema está em haver três ministérios relacionados com a educação, em vez de um Ministério do Ensino, que conjugasse políticas e as rentabilizasse em termos económicos. A representatividade não pode ser alterada porque é limitada pela lei, mas podem convidar-se membros de diversas bancadas a participar na discussão dos assuntos, sem direito a voto.

Catarina Gavinhos – A CDU ficou satisfeita com a criação deste conselho, mas está preocupada com a forma como vão ser nomeadas as pessoas que o compõem, nomeadamente os representantes das associações de pais e representantes do pessoal docente. Gostaria de saber se haverá eleição ou nomeação.

Vice-Presidente – Trata-se da aplicação de um Dec. Lei com pouca flexibilidade, mas a lógica da participação alargada irá permanecer. Toda a ajuda será pouca para o que se pretende que é uma educação de qualidade e o regulamento permite criar alguns grupos de trabalho específicos. Sobre a composição, a mesma terá os representantes de cada Junta de Freguesia e o Presidente da Assembleia Municipal. Quanto aos restantes, numa 1ª fase irá chamar-se o movimento associativo e depois de constituído esse primeiro núcleo fundador será formatado aquele que é o regulamento interno de funcionamento, já que a Lei não refere as associações nem como devem ser escolhidas as pessoas.

O senhor Presidente da Mesa disse que ficava no ar a dúvida sobre a forma como vão ser eleitos e que se deve reflectir um pouco mais sobre esta questão. Colocado o documento a votação, foi aprovado por unanimidade.

2.7 - Apreciação e votação de uma proposta da Câmara de "Contratação de empréstimo para aquisição /reabilitação de 7 fogos - (Programa PROHABITA);

Abel Rodrigues – Perguntou onde é que vão ser construídos os 7 fogos em discussão, já que os documentos enviados não o refere.

Vice-Presidente – Informou que se trata do edifício a construir junto à antiga leitaria, na Rua João Franco, nesta cidade. Só há pouco tempo foi recebida a resposta do financiamento de 50% por parte do IRU a uma taxa muito favorável para o município.

Colocado o documento a votação foi aprovado por maioria com 39 votos a favor e 2 abstenções

2.8 Apreciação e votação de uma proposta da Câmara de “Contratação de um empréstimo a médio e longo prazo pelo valor de € 1.901.339,50”;

Não havendo interessados em intervir foi o documento colocado a votação e dói aprovado por maioria com 31 votos a favor e duas abstenções.

2.9- Apreciação e votação de uma proposta da Câmara de “ Pedido de parecer – localização do Aeroporto Regional da Covilhã”;

Aires Proença – Deu conhecimento que há cerca de 2 meses foi contactada a Junta de Freguesia do Telhado para emitir parecer sobre a construção do aeroporto da Covilhã. Isto levantou-lhe algumas dúvidas relativamente aos possíveis condicionalismos que o mesmo pode provocar. A Junta de Freguesia não se pronunciou porque a informação que possuem é escassa. O que se sabe é que ao nível da construção na área da sua freguesia e também em Alçaria, vai ter de se pedir sempre o parecer da autoridade nacional de aeronáutica. A simples colocação de postes, cercas e construção de habitações vai ficar limitada. Da parte da sua Junta de Freguesia o problema é ainda maior porque existia a ambição de construir parques eólicos na zona, pelo que não irão emitir parecer favorável até porque o aeroporto está localizado na Covilhã e deverão ser as suas freguesias a pagar essa factura, Apelou a que a Câmara Municipal não emitisse parecer favorável e que as condicionantes fossem retiradas.

José Luís Oliveira – Disse que neste momento lhe tinha surgido a dúvida se as freguesias tinham ou não emitido parecer, já que da leitura do documento isso não transparece. A informação técnica da Câmara não é conclusiva, pelo que se pergunta se tem mais alguns elementos que permitam emitir um parecer com dados concretos.

Nuno Miguel Henriques – O aeroporto pode trazer benefícios ao Fundão. Deu conhecimento que na freguesia de Triana, onde se ia localizar o aeroporto da OTA, as negociações não foram bem feitas e trouxeram muitos problemas à região. Deviam contactar-se os autarcas envolvidos para não ser cometerem alguns erros. Faltam claramente elementos para discutir este assunto.

Presidente da Mesa – Esclareceu que foi cometido um erro já que a ideia deste ponto não era a de a Assembleia Municipal emitir um parecer, mas só tomar conhecimento do assunto, embora isso não deva inibir os membros AM de emitir a sua opinião, apesar de no final não ocorrer qualquer votação.

José Luís Oliveira – Disse que não devíamos ter só opinião, já que existem expectativas muito preocupantes neste processo. A Câmara Municipal devia esclarecer todas as duvidas surgidas, para conhecimento bastava-nos ler o Jornal do Fundão.

Carlos São Martinho – Foi de opinião que as questões levantadas eram pertinentes, embora todos concordassem com o aeroporto. A Câmara Municipal deve fazer um acompanhamento directo deste assunto junto do município da Covilhã, tentando minimizar os impactos negativos, nomeadamente nas áreas urbanas e outras. Posteriormente deverá trazer à AM o assunto para nova apreciação. A bancada do PSD está disponível a trabalhar neste assunto para que ninguém fique penalizado.

O Senhor Presidente da Mesa corroborou a opinião do Membro Carlos São Martinho.

Abel Rodrigues – Perguntou à Câmara se o seu parecer foi remetido às entidades competentes e estranhou que só agora o Senhor Presidente da Mesa tenha detectado a gafe da ordem de trabalhos que falava em votação e emissão de parecer. As freguesias do Telhado e de Alcaria deviam ter sido informadas de todo o processo. O Partido Socialista também se disponibiliza no que for preciso neste processo.

Vice- Presidente – A Câmara Municipal subscreve as intervenções de todos mas o parecer que emitiu já salvaguarda os núcleos urbanos do Telhado e Alcaria. A Câmara continuará a fornecer à Assembleia Municipal os esclarecimentos sobre este processo.

O Senhor Presidente da Mesa disse que era pertinente este assunto voltar à Assembleia Municipal.

2.10- Apreciar uma Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade municipal e da situação financeira do Município;

Não houve interessados em intervir neste ponto da ordem de trabalhos.

Não havendo no público interessados em intervir e não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente deu como encerrados os trabalhos da Assembleia Municipal pelas 20.00 horas. Da sessão se exarou a presente acta que vai ser assinada por todos os Membros da Mesa da Assembleia.

Presidente da Assembleia Municipal _____

1º Secretário _____

2º Secretário Maria do Carmo Paço Abgueira _____

VOTAÇÕES DAS PROPOSTAS

20

2.1- Apreciação e votação de uma proposta da Câmara de “Prestação de Contas” – Aprovada por maioria com 33 votos a favor 4 abstenções e 6 votos contra

2.2- Apreciação e votação de uma proposta da Câmara de “Concurso Público Internacional para a concessão de Exploração e Gestão dos Sistemas de Distribuição de Água para Consumo Público e Recolha de Efluentes do Concelho do Fundão – adjudicação provisória”- Aprovado por maioria com 37 votos a favor, 1 abstenção do Senhor Luís Castanheira e 1 abstenção do Senhor Fernando Dias Barata.

2.3- Apreciação e votação de uma proposta da Câmara de “Parceria público-privada – transformação da Lavaria do Rio em equipamento sócio-cultural”- Aprovado por maioria com 30 votos a favor e 7 abstenções dos membros Abel Rodrigues, Bruno Ramos, Berta Oliveira, Nuno Lopes, Luís Castanheira, Pedro Salvado e Fernando Dias Barata

2.4- Apreciação e votação de uma proposta da Câmara de “Aprovação do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação do Concelho do Fundão” – Aprovado por maioria com 47 votos a favor e 1 abstenção do Senhor Jorge Santos

2.5- Apreciação e votação de uma proposta da Câmara de “Aprovação do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas e Outras Receitas Municipais com a respectiva fundamentação económica e financeira” – Aprovada por unanimidade.

2.6- Apreciação e votação de uma proposta da Câmara de “Aprovação do Conselho Municipal de Educação do Fundão – Aprovada por unanimidade

2.7 - Apreciação e votação de uma proposta da Câmara de “Contratação de empréstimo para aquisição /reabilitação de 7 fogos - (Programa PROHABITA) – Aprovada por maioria com 39 votos a favor e 2 abstenções dos Membros Catarina Gavinhos e José Luís Oliveira.

2.8 Apreciação e votação de uma proposta da Câmara de “Contratação de um empréstimo a médio e longo prazo pelo valor de € 1.901.339,50”- Aprovado por maioria com 31 votos a favor, 2 abstenções dos membros Catarina Gavinhos e José Luís Oliveira e 7 votos contra dos Membros Abel Rodrigues, Bruno Ramos, Berta Oliveira, Nuno Lopes, Luís Castanheira e António Ascensão.

Assembleia Municipal do Fundão
Grupo da CDU

30 de Abril de 2010

Ex.mo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

Ex.mo Sr. Presidente da Câmara

Ex.mos Srs. Membros da Assembleia Municipal

Ex.mos Srs Vereadores

Ex.mos Srs. Membros da comunicação social

Ex.mos Senhoras e Senhores

O grupo da CDU gostaria chamar a atenção desta Assembleia e da sua mesa para a extensão da ordem de trabalhos desta reunião, bem como para o volume da documentação que nos é proposto analisar e discutir nesta sessão.

O que está aqui em causa é, em última análise, a dignidade deste órgão. Se aceitarmos o que aqui nos é proposto estamos, na prática, a aceitar um comportamento, deliberado ou não, mas objectivamente de desrespeito desta Assembleia por parte da Câmara Municipal.

O calarmos esta situação seria da nossa parte, da parte da CDU, uma falta de respeito pelos munícipes, particularmente por aqueles que nos elegeram.

Depois de nos ter sido enviada na semana passada a convocatória da Assembleia, com data de 22 de Abril, recebemos, apenas na quarta-feira, o CD com os documentos. Acontece que o que temos nesse CD corresponde a 1023 páginas de documentos, duas resmas de papel.

Mais, os assuntos que nos são propostos para estudar, discutir e aprovar ou não, são, em muitos casos, extensos, complexos e de grande importância para a vida futura dos fundanenses.



Para além da prestação de contas, é-nos proposto, nesta assembleia, deliberar sobre a concessão da exploração e gestão dos sistemas de distribuição de água; o regulamento de taxas; o regulamento de urbanização e edificação. Qualquer um destes documentos é razoavelmente extenso, complexo e tem implicações futuras que exige um estudo aprofundado que sustente uma votação consciente e fundamentada.

Ainda nos é apresentada uma outra proposta, algo complexa, para uma parceria público-privada para a Lavaria, dois empréstimos, o regulamento do conselho municipal de educação e mais um ponto sobre o aeroporto da Covilhã, não tão sem importância para o Fundão.

Sr. Presidente, caros membros desta Assembleia, é completamente impossível estudar estes assuntos, com o mínimo de seriedade, em 48 horas, particularmente quando se tem uma vida profissional exigente. Nós somos humanos, assumimos.

Sabemos que os prazos legais foram cumpridos. Infelizmente, contra a vontade a CDU, estes prazos foram encurtados no regulamento agora vigente, e tudo estará dentro da legalidade. Não é porém apenas a legalidade que está aqui em causa. Estou certa que esta situação os incomodará tanto como a nós.

Começo pois por deixar aqui um apelo à Câmara Municipal.

A Câmara sabia, sabe que em Abril tem de haver uma sessão da Assembleia Municipal, por norma, para aprovar as contas. Assim, foi procurar saber o que tinha em agenda que necessitava de aprovação por esta Assembleia. Juntou tudo e, à boa maneira portuguesa, guardou tudo para a última oportunidade e, na reunião de 21 de Abril, objectivamente uma semana apenas antes desta sessão, fez aprovar toda essa documentação.

Esta é uma prática legalmente possível? É! É politicamente aceitável? De forma nenhuma.

A Câmara ignorou a complexidade e a extensão dos documentos e objectivamente olhou para esta assembleia de forma displicente, talvez pensando que como tem maioria absoluta que a suporte a aprovação está garantida.



Quero crer que não seja este o pensamento, mas a prática, e é essa que nós podemos analisar, aponta para tal. Se esta Câmara pretende uma participação empenhada de todos, e eu sublinho, todos os membros desta Assembleia, tem de, na prática, ter uma outra atitude.

A CDU Já aqui chamou a atenção para isto, mas voltamos a chamar. Se há assunto que de facto é importante e complexo, e deve ser debatido neste fórum, preparem-no a tempo, com uma antecedência razoável. Basta apenas um pouco de boa vontade.

Se ao contrário, apenas se preocuparem em cumprir prazos legais, dão o direito a que outros pensem que olham esta Assembleia como um empecilho a ser superado.

Quanto a esta sessão a CDU, numa postura construtiva, sugere à mesa que adie a discussão dos assuntos mais volumosos e complexos e convoque uma sessão extraordinária para os abordar.

O respeito por este órgão, o respeito pelos munícipes do Fundão e o respeito por quem nos elegeu, não nos permite que participemos na deliberação de assuntos para os quais, por razões que nos são alheias, não tivemos tempo para formar opinião.

Estamos disponíveis para, em conjunto com os líderes dos outros grupos e a mesa, encontrar uma solução para este problema.

Muito obrigada

Apontado em reunião
30.04.10

MOÇÃO

Considerando as recentes declarações proferidas pela Sr^a. Governadora Civil de Castelo Branco, retomando a necessidade de discutir a permanência das 2 maternidades no Distrito;

Considerando que as maternidades devem ser entendidas como serviços públicos estruturantes, na área da saúde, para a prestação de cuidados às mulheres e crianças num Distrito cuja dimensão em área é o 4^a maior do País.

Considerando que a mais justa e acertada decisão será a manutenção das maternidades existentes na região.

Considerando que qualquer golpe nos serviços públicos de saúde constituirá mais uma medida injusta que acentuará as dificuldades e assimetrias desta região e que há um sentimento geral da necessidade de preservar estes serviços de saúde como contribuição para o próprio desenvolvimento e para a justiça social.

A Assembleia Municipal do Fundão, reunida em Sessão Ordinária a 30 de Abril de 2010, reafirma mais uma vez a necessidade de rapidamente se pôr termo à indefinição desta questão e que de uma vez por todas se clarifique a única e viável decisão: a manutenção das maternidades existentes na região.

Fundão, 30 de Abril de 2010

Os eleitos

Atas em M^o. Q. M. V. Guimarães

Dec. N.º 3
✱
[Handwritten signature]



Município de Fundão
GABINETE DO PRESIDENTE
Praça do Município
6230 338 Fundão

Assembleia Municipal

30 de Abril de 2010

Como foi dito, pedi para, excepcionalmente este período antes da ordem do dia começar com a intervenção da Câmara pela circunstância especial da Universidade da Beira Interior ir distinguir esta tarde o Eng.º António Guterres com o grau de Doutoramento Honoris Causa, o que me obrigará a ausentar desta Assembleia.

Julgo, por se tratar de uma figura incontornável da vida política nacional e internacional, e com a ligação especial que tem ao concelho do Fundão, que se justificaria a minha presença neste acto solene.

Permitam-me assim, antes de me ausentar, que me dirija à Assembleia para falar um pouco da nossa vida municipal. Três notas breves; sobre o passado, o presente e o futuro.

Senhor Presidente, Caras e caros membros desta assembleia
Senhoras e senhores membros da comunicação social,
Caros fundanenses,



Município de Fundão

GABINETE DO PRESIDENTE
Praça do Município
6230 338 Fundão

Um dos documentos mais importantes que trazemos hoje a esta assembleia é sem dúvida o nosso Relatório e Contas. As contas que reflectem o balanço da actividade deste Município ao longo do último ano.

E permitam-me que diga,

Os números são inequívocos. São dados que revelam, desde logo, uma capacidade extraordinária de realização. Em 2009 voltámos a executar mais de 35 milhões de euros. Isto significa que esta Câmara executou só em 2009 mais que qualquer outro Executivo que nos antecedeu tenha conseguido executar num mandato completo.

Por outro lado, estas contas para além da exigência, do trabalho, da ambição, do rigor, da transparência e da enorme capacidade de realização deste Executivo, revelam também a capacidade do Município obter novas receitas. São 35 milhões de euros executados, ou seja, 35 milhões de euros liquidados num só ano.

O que significa, por um lado, mais um intenso ano de trabalho e de investimentos, mas sobretudo, o resultado de mais um grande salto nos nossos níveis de bem-estar, felicidade e qualidade de vida colectivos.



Município de Fundão

GABINETE DO PRESIDENTE
Praça do Município
6230 338 Fundão

Seguimos, por isso, confiantes, pois continuamos a fazer tudo para recuperar o tempo perdido e aproveitar todas as oportunidades que nos surgem. E apesar de todas as dificuldades e do tremendo esforço financeiro que o Município do Fundão levou a efeito, cumprimos como sempre e com o máximo rigor, a Lei das Finanças Locais e os nossos compromissos com terceiros.

E caras e caros membros desta Assembleia,

Não estamos a esconder a realidade nem a querer ignorá-la. A Câmara realizou obra mas para isso recorreu ao crédito. Concerteza que sim, nunca o negámos. Foi uma opção política. Temos uma dívida, é verdade que temos uma dívida. Uma dívida, sem rodeios e sem subterfúgios, que está na ordem dos 79 milhões de euros.

Mas uma coisa eu garanto, nenhum fundanense iria aceitar se o Fundão não aproveitasse aquela que será, porventura a última oportunidade de captação de meios para dotar o concelho dos equipamentos de que carecia.



Município de Fundão

GABINETE DO PRESIDENTE
Praça do Município
6230 338 Fundão

Jamais aceitaria que por ideologia de alguns ou preconceito de outros, o Fundão voltasse a ficar de fora dos fundos comunitários e não aproveitasse as oportunidades que permitem antecipar a qualidade de vida de todos.

E se olharmos para todo o investimento do Município incluindo outras formas de financiamento, nos últimos dois mandatos foram investidos mais de 300 milhões de euros no concelho.

E as nossas opções eram muito simples: ou aproveitávamos estes recursos e recorriamos ao crédito para conseguirmos suportar a parte do auto-financiamento ou continuaríamos parados no tempo, sem infra-estruturas e equipamentos colectivos e sem dinheiro.

Este é um esforço e um caminho que foi sempre assumido e explicado. E acrescento, e que foi, pela terceira vez sufragado pelos fundanenses.

Mas as perspectivas de avaliação são bem diferentes, e ainda bem que é assim.

Onde uns vêm dívida, outros vêm investimento. Onde uns vêm dívida outros vêm a melhoria das suas condições de vida. Porque caras e caros deputados municipais, nós não podemos querer ao mesmo tempo sol na eira e água no nabal.



Município de Fundão

GABINETE DO PRESIDENTE
Praça do Município
6230 338 Fundão

E uma coisa hoje todos sabem, a maior dívida que o Fundão tinha, era uma dívida de inacção. Uma dívida de concretização. Era um défice de infra-estruturação. Poderão alguns dizer que seguiriam outro caminho, nós seguimos este.

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,

2009 foi um ano essencialmente marcado pelo aprofundamento da grave crise económica e social.

Razão que nos permitiria encontrar os pretextos necessários para lamentarmos as nossas dificuldades. Acontece que fomos eleitos para gerir o concelho e não para nos queixarmos. Contudo, este cenário obrigar-nos-á a todos a um novo patamar de esforço, de contenção e cooperação. Teremos que ser mais selectivos no investimento e nas despesas.

Permitam-me pois, uma breve nota sobre o presente e sobre o futuro.

O nosso caminho tem sido muito claro. Uma caminho que se baseia no trabalho, na verdade, no rigor e na exigência.



Município de Fundão

GABINETE DO PRESIDENTE
Praça do Município
6230 338 Fundão

As nossas energias deverão ser agora voltadas para o futuro e para a difícil realidade social e económica que estamos a viver.

É essencialmente nos desempregados e nos idosos que pensamos.

E agir num momento difícil como este exige respostas conjuntas e envolvimento de todos.

Sabemos que mercê de muitas medidas que tomámos nos últimos anos, estamos hoje melhor preparados para responder às dificuldades.

Tomámos medidas que estavam ao nosso alcance para ajudar a fixar e a aliviar a pressão das dificuldades sobre as nossas famílias, como os descontos possibilitados pelo Cartão Social, a redução no IRS as reduções no IMI, as isenções de IMT, a isenção de Derrama para empresas sedeadas no concelho, os descontos para famílias numerosas nos serviços municipais de água e saneamento, a criação da Loja Social, entre outros.

Salvaguardámos que esse bem essencial e escasso que representa a água não fosse entregue forçosamente a



Município de Fundão

GABINETE DO PRESIDENTE
Praça do Município
6230 338 Fundão

sistemas multimunicipais que se encontram em estado de falência técnica e que olhavam para os sistemas de abastecimento em baixa dos municípios como a única e último fôlego para a sua viabilidade económica.

Conseguimos assim, salvaguardar não apenas os interesses do município, como também garantimos que a factura da água não poderá sofrer nos próximos anos aumentos anuais para lá dos residuais. Disso não poderíamos abrir mão.

Na área social também demos passos muito firmes, pondo em marcha um plano de construção de lares de terceira idade, que pretende atingir praticamente todo o concelho.

Ao nível do investimento privado temos em fase final de aprovação o loteamento industrial de Silvares e lançámos a Parceria Público Privada para a construção do Parque Industrial Gardunha Sul. Ou seja, duas alavancas absolutamente essenciais para a economia local e para a criação de riqueza e novos postos de trabalho.

Não abrandámos o plano de requalificação da zona antiga da cidade com o nosso programa Polis. Continuamos apostados no melhoramento das acessibilidades e do espaço público



Município de Fundão

GABINETE DO PRESIDENTE
Praça do Município
6230 338 Fundão

como factor de atracção de empresas e pessoas. Falo das novas vias de comunicação que estão a nascer com o Polis e com o Plano REFER-Câmara.

Trazemos também aqui hoje, outro que é para nós um investimento capital que também poderá criar dezenas de novos postos de trabalho, e ao mesmo tempo estimular a nossa economia através da afluência turística que aquele equipamento vai criar, refiro-me à Parceria Público-Privada com vista à concretização do Projecto Rio, no Cabeço do Pião. Trata-se de um investimento absolutamente estratégico para a valorização dos nossos recursos e potencialidades turísticas.

Mas Senhor Presidente e senhoras e senhores deputados municipais,

O que de mais importante exprimem todas estas medidas são a nossa vontade inabalável de enfrentar os problemas e olhar para o futuro com esperança, sempre com humildade, com dedicação e sentido de responsabilidade.

Considero que os resultados que alcançámos até agora, permitem-nos, pois, ter confiança no futuro.



Município do Fundão

GABINETE DO PRESIDENTE
Praça do Município
6230 338 Fundão

E só assim com firmeza, com determinação, com confiança e mantendo este rumo, conseguiremos vencer e ultrapassar as dificuldades.

Muito Obrigado.

Manuel Frexes

Presidente da Câmara Municipal do Fundão